-DECRETO Nº 1503-

SÚMULA:-Regulamenta o IPTU, a taxa de serviços públicos (coleta de lixo) e a planta genérica de valores constante da Lei Municipal nº 529 de 12/11/1997 e Lei nº 810 de 22/12/2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais. e em conformidade com a Lei Municipal nº 529, de 12 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Este decreto regulamenta a aplicação do Código Tributário Municipal e legislações pertinentes.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - As tabelas constantes deste regulamento deverão ser publicadas sempre que houverem sido alteradas por motivo de atualização dos valores, conforme prevê o artigo 2º da Lei 810 de 22 de dezembro de 2005 ou em virtude de modificação de especificações de seus itens.

PARÁGRAFO ÚNICO:- O responsável pelo órgão fazendário Municipal fica encarregado de rever e atualizar as tabelas acima mencionadas, cabendo lhe ainda promover, através dos órgãos competentes da prefeitura, sua aplicação.

Art. 3º - São consideradas autoridades fiscais, para efeito do Código Tributário, todos os servidores públicos que disponham de poderes ou atribuições para prática de quaisquer atos que se refiram ao lançamento, fiscalização, arrecadação, recolhimento e controle.

CÁLCULO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

Art. 4º - Nos termos do Código Tributário Municipal, o IPTU será calculado aplicando-se ao valor venal do imóvel, alíquota de 2,0% (dois por cento) no caso de terreno não edificado e 1,0% (um por cento) no caso de terreno edificado.

seguinte fórmula: **Art. 5º** - O valor venal do imóvel será determinado pela

$$VVI = VVT + VVE \text{ onde:}$$

VVI = Valor Venal do Imóvel;

VVT = Valor Venal do Terreno;

VVE = Valor Venal da Edificação.

aplicando-se a fórmula: **Art. 6º** - O Valor Venal do Terreno (VVT) será obtido

$$VVT = AT \times VM^2T \text{ onde:}$$

VVT = Valor Venal do Terreno;

AT = Área do Terreno;

VM²T = Valor do Metro Quadrado do Terreno.

§1º - O Valor do Metro Quadrado do Terreno (VM²T), será obtido através de uma planta de valores que estabelecerá o valor do metro quadrado do terreno por face de quadra. Este valor será corrigido de acordo com as características individuais, levando-se em conta a situação, a pedologia ou solo e a topografia ou perfil, assim teremos:

$$VVT = VM^2T \times AT \times S \times P \times T \text{ onde:}$$

VVT = Valor Venal do Terreno;

VM²T = Valor do Metro Quadrado do Terreno;

AT = Área do Terreno;

S = Coeficiente de Situação do Terreno;

P = Coeficiente de Pedologia do Terreno ou Solo;

T = Coeficiente de Topografia do Terreno ou Perfil.

§ 2º - Coeficiente corretivo da situação referido pela sigla “S”, consiste em um grau, atribuído ao imóvel conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra, conforme a tabela que segue:

SITUAÇÃO	COEFICIENTE
Esquina, mais de 1 frente	1,10
Uma frente	1,00
Vila	0,80
Encravado	0,90
Gleba (área superior a 7.000 m ²)	0,70

§ 3º - Coeficiente corretivo de pedologia ou solo, referido pela sigla “P”, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do solo, conforme a tabela que segue:

PEDOLOGIA OU SOLO	COEFICIENTE
Alagado	0,70

Inundável	0,80
Firme	1,00
Combinação dos demais	0,60

§ 4º - Coeficiente corretivo de topografia ou perfil, referido pela sigla “T”, consiste em um grau, atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo, conforme a tabela que segue:

TOPOGRAFIA OU PERFIL	COEFICIENTE
Plano	1,00
Aclive	0,90
Declive	0,80
Irregular	0,70

Art. 7º - O Valor Venal da Edificação (VVE) será obtido aplicando-se a fórmula:

VVE = Ae x VM²e onde:

VVE = Valor Venal da Edificação;

Ae = Área da edificação;

VM²e = Valor do Metro Quadrado da edificação.

§ 1º - O valor do metro quadrado de edificação para cada um dos seguintes tipos: casa, apartamento, telheiro, galpão, fábrica, loja, construção precária e especial (entende-se por especial os prédios destinados às atividades escolares, cinemas, bancos, templos, teatros, hospitais e supermercados), será obtido tomando-se, por base o valor máximo do metro quadrado de cada tipo de edificação em vigor para o Município.

§ 2º - O valor máximo referido no parágrafo anterior será corrigido de acordo com as características de cada edificação levando-se em conta a categoria, o estado de conservação e o subtipo para sua correta aplicação no cálculo do valor da edificação.

§ 3º - O valor do metro quadrado da edificação referido nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, será obtido aplicando-se a fórmula:

$$VM^2e = VM^2I \times \frac{CAT}{100} \times C \times ST \quad \text{onde:}$$

100

VM²e = Valor do Metro Quadrado da edificação;

VM²I = Valor do Metro Quadrado do Tipo da Edificação;

$\frac{CAT}{100}$ = Coeficiente Corretivo da Categoria;

C = Coeficiente Corretivo de Conservação da Edificação;

ST = Coeficiente Corretivo de Subtipo da Edificação.

§ 4º - O valor do metro quadrado do tipo de edificação (VM²I) será obtido através das seguintes tabelas:

TABELA COM OS VALORES DO M² DAS EDIFICAÇÕES PARA CÁLCULO DE IPTU

	Tipos de Edificação	Proposta de Valores (R\$)	UFMA
1	CASA	70,28	2,51
2	CONST. PRECARIA	10,64	0,38
3	APARTAMENTO	70,28	2,51
4	LOJA	52,64	1,88
5	GALPÃO	24,64	0,88
6	TELHEIRO	13,16	0,47
7	FÁBRICA	32,76	1,17
8	ESPECIAL	105,28	3,76

§ 5º - A categoria da Edificação será determinada pela soma de pontos ou pesos e equivale a um percentual do valor máximo de metro quadrado de edificação.

§ 6º - Coeficiente Corretivo de Conservação, referido pela sigla “C”, consiste em um grau atribuído ao imóvel construído, conforme seu estado de conservação, obedecendo à tabela a seguir:

CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO COEFICIENTE

Nova / Ótima	1,00
Boa	0,90
Regular	0,70
Má	0,50

§ 7º - Coeficiente Corretivo do Subtipo (ST) ou Fatores Corretivos da Construção (FCC), consiste em um grau atribuído à edificação pelo produto das caracterizações, posição, situação ou localização e fachada ou alinhamento conforme segue:

I. Situação ou Localização

COEFICIENTE

Frente	1,00
Fundos	0,70

II. Posição

COEFICIENTE

Isolada	1,00
Conjugada	0,90
Geminada	0,80

III. Fachada ou Alinhamento

COEFICIENTE

Alinhada	0,90
Recuada	1,00

Art. 8º - Quando existir mais de uma unidade imobiliária construída no terreno será calculada a fração ideal e a testada ideal do terreno para cada unidade imobiliária.

§ 1º - Para o cálculo da fração ideal do terreno, será usada a seguinte fórmula:

$$\text{FRAÇÃO IDEAL} = \frac{\text{área da unidade x área do terreno}}{\text{área total edificada}}$$

§ 2º - Para cálculo da testada ideal, será usada a seguinte fórmula:

$$\text{TESTADA IDEAL} = \frac{\text{área da unidade x testada}}{\text{área do total edificada}}$$

DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO IPTU

Art. 9º - A Prefeitura notificará o contribuinte do lançamento do IPTU, por quaisquer dos meios permitidos pela legislação pertinente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data em que for devido o primeiro pagamento.

Art. 10 - O lançamento e arrecadação do IPTU serão feitos através do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) no qual estarão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

Art. 11 - O IPTU será lançado e arrecadado em cota única ou em 06 (seis) parcelas, cada uma correspondente a um DAM específico.

PARÁGRAFO ÚNICO:- As datas de vencimento da cota única e de cada uma das parcelas referidas no “caput” deste artigo são as seguintes:

Cota única - no dia 10/07/2006;
1ª parcela - no dia 10/07/2006;
2ª parcela - no dia 10/08/2006;
3ª parcela - no dia 11/09/2006;
4ª parcela - no dia 10/10/2006;
5ª parcela - no dia 10/11/2006;
6ª parcela - no dia 11/12/2006.

Art. 12 - A Prefeitura poderá lançar e arrecadar, em um único DAM a totalidade do IPTU, nos seguintes casos:

I. - Quando se tratar de lançamento suplementar;

II.- Quando o contribuinte optar pelo pagamento em cota única.

PARÁGRAFO ÚNICO:- Quando o contribuinte optar pelo pagamento integral em cota única e até a data de vencimento deste, esse valor total será reduzido em 15% (quinze por cento) sobre o montante do imposto.

DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 13 - As taxas de serviços públicos serão lançadas e arrecadadas no mesmo documento do IPTU, nas mesmas datas, em cota única ou em 06 (seis) parcelas, cada uma correspondente a um DAM específico.

§ 1º - As taxas serão calculadas conforme as seguintes fórmulas:

I - Para a Taxa de Coleta de Lixo:

$TCL = UFMA \times ALÍQUOTA \times ÀREA$ onde:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo;

UFMA = Valor da Unidade Fiscal do Município de

Arapoti;

ÀREA = Área edificada em metros quadrados.

ALÍQUOTA = Alíquota conforme a utilização do imóvel:

Residencial 1,50 (Um e meio)%

Comercial/ 1,80 (Um e oitenta)%

Prestação de Serviço 1,80 (Um e oitenta)%

Industrial 1,80 (Um e oitenta)%.

Agrícola e outros 1,50 (Um e Meio)%

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - A apuração do valor venal das propriedades imobiliárias para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, será feita baseada no Mapa 16, Mapa 17, Mapa 21, Mapa 22, Mapa 23, de que trata o artigo anterior e de conformidade com o disposto neste Decreto.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPOTI

EM 14 DE AGÔSTO DE 2006.

-Dr. LUIZ FERNANDO DE MASI-
-Prefeito Municipal-
LOGL/jlp.

-LUIZ ONOFRE GÜMINDER LOUZADA-
-Diretor de Deptº. De Tributação e Fiscalização-